

Fórum Permanente de Auditoria e Encontro Nacional Sobre Integridade do Poder Judiciário têm inscrições abertas até dia 15 de outubro



Entre os assuntos principais a serem abordados estão o papel da auditoria interna no Judiciário, a atuação da auditoria no fomento à gestão de riscos e a ética e a integridade das organizações públicas.

O encontro é uma iniciativa da Secretaria de Auditoria do CNJ no exercício da Presidência do Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-Jud, em consonância com a Resolução CNJ 308/2020, que organizou as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e criou a Comissão Permanente de Auditoria.

I Encontro Nacional Sobre Integridade do Poder Judiciário

No próximo dia 18 de outubro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará o Seminário “Resolução CNJ 40/2021 – A Cultura de Integridade no Poder Judiciário”. O evento também é destinado a magistrados e servidores do Poder Judiciário e será realizado por meio da plataforma Cisco Webex, com transmissão, ao vivo, pelo canal do Conselho no YouTube.

Para participar do Seminário é necessário realizar a inscrição, preenchendo o formulário eletrônico, até o dia 15 de outubro, no link <https://eventos.cnj.jus.br/inscricao-i-encontro-nacional-sobre-integridade-no-poder-judiciario>.

Realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o primeiro Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário tem inscrições abertas até o dia 15 de outubro. O fórum ocorrerá entre os dias 19 e 22 de outubro, das 8h30 às 12h, por videoconferência na plataforma Cisco Webex e também será transmitido, ao vivo, pelo [canal do CNJ no YouTube](#).

Promovido com apoio dos órgãos do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), o evento é destinado a servidores do Poder Judiciário, magistrados e gestores públicos, e pretende debater, de maneira prática e teórica, temas relacionados à atividade de auditoria, além de difundir as melhores práticas adotadas pelos órgãos públicos, capacitando e melhorando o conhecimento dos servidores do Poder Judiciário, para que seja garantido o aprimoramento do trabalho de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

CNJ aprova prêmio anual “Memória do Poder Judiciário”

Na última sexta-feira, 8/10, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”. Um dos objetivos da premiação é preservar e difundir os bens culturais do Poder Judiciário, além de promover a conscientização quanto à necessidade de conhecimento e valorização da história, da memória e do patrimônio cultural.

O Ato Normativo nº 0006813-38.2021.2.00.0000, que cria o prêmio anual, contempla ação, atividade, experiência, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico que contribua para a preservação, valorização e difusão dos bens culturais materiais e imateriais do Poder Judiciário, integrantes do patrimônio cultural brasileiro, e para a promoção dos direitos humanos. Os premiados receberão certificados, diplomas e placas.

Dividido em sete categorias – Especial; Difusão cultural e direitos humanos;



Trabalho acadêmico ou científico; Patrimônio Cultural Arquitetônico; Patrimônio Cultural Arquivístico; Patrimônio Cultural Bibliográfico e Patrimônio Cultural Museológico -, o edital da premiação deverá ser publicado preferencialmente na semana do dia 10 de maio de 2022 - Dia da Memória do Poder Judiciário. Neste primeiro ano, será divulgado até o mês de novembro. A entrega do prêmio será realizada durante o Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário.

Aniversariantes:

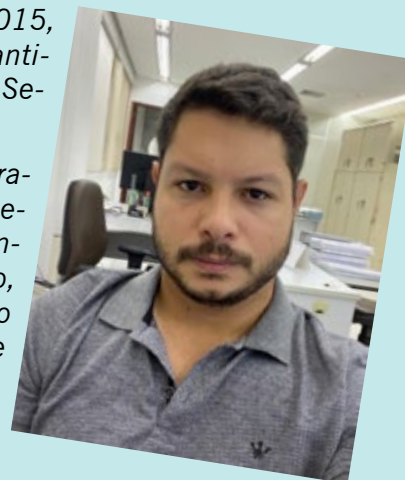
Hoje: Flávio Cedraz da Silva (Ceman), Célio Brito Santos (Vitória da Conquista), Ana Carolina Ferreira dos Santos Fujita (4ª Vara). **Amanhã:** João Marcelo de Souza Oggioni (Sepag), Nara Peregrino de Carvalho (Irecê), Aroldo Aparecido de Andrade (Feira de Santana), Danilo Costa Sousa (6ª Vara), Leticia Paloma Conceição Santos de Jesus (Feira de Santana), Maria Clara Barbosa Sandes (Paulo Afonso).

Parabéns!

Mês do Servidor

“Tomei posse na SJBA em fevereiro de 2015, quando fui lotado no setor de engenharia, antiga CEPROJ. Atualmente sou Supervisor da Seção de Engenharia – SEENG.”

Ser servidor na Justiça Federal é um trabalho bastante diferente da atuação no setor privado, principalmente na área de engenharia. As nuances do serviço público, tornam as atividades cotidianas da profissão bastante diferentes. Entretanto é bastante gratificante ver ideias saindo do papel e se tornando realidade, bem como colaborar para que isto ocorra.



Ao longo dos últimos anos esta gratificação se concretizou com a inauguração de alguns edifícios, como o Ed. Anexo III em Salvador, SSJ de Campo Formoso, Guanambi, Juazeiro, Eunápolis, bem como inúmeras reformas já realizadas. Outro ponto gratificante são as reduções de custos obtidas, seja através da melhoria e modernização de sistemas de climatização, análise de consumo elétrico, implantação de usinas fotovoltaicas, dentre outras medidas já realizadas e ainda em andamento.

Acredito que cumprir o papel como servidor da área meio, é colaborar, para tornar o órgão cada vez melhor ao longo dos anos, possibilitando que a área fim tenha uma estrutura que lhe permita atingir sua missão institucional”.

Vinicius Gama Costa, servidor lotado na SEENG/SJBA.



Sua Saúde

Câncer de mama: os cuidados estão em nossas mãos!



A prevenção do câncer de mama não é totalmente possível em função da multiplicidade de fatores relacionados ao surgimento da doença e ao fato de vários deles não serem modificáveis. De modo geral, a prevenção baseia-se no controle dos fatores de risco e no estímulo aos fatores protetores, especificamente aqueles considerados modificáveis.

Os principais fatores de risco comportamentais relacionados ao desenvolvimento do câncer de mama são: excesso de peso corporal, falta de atividade física e consumo de bebidas alcoólicas.

De acordo com o Ministério da Saúde, estima-se que por meio da alimentação, nutrição e atividade física é possível **reduzir em até 28% o risco de a mulher desenvolver câncer de mama.**

Ainda de acordo com um levantamento feito por instituições brasileiras e americanas, em parceria com o Ministério da Saúde, **12% das mortes** causadas pela doença no Brasil **poderiam ser evitadas caso as mulheres praticassem atividades físicas regularmente.** A amamentação também é considerada um fator protetor.

A terapia de reposição hormonal (TRH), quando estritamente indicada, deve ser feita sob rigoroso controle médico e pelo mínimo de tempo necessário.

Para o tratamento de câncer de mama, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece todos os tipos de cirurgia, como mastectomias, cirurgias conservadoras e reconstrução mamária, além de radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e tratamento com anticorpos. O tipo de terapia ou modalidade escolhida para tratar a doença irá depender de vários fatores, como a localização do tumor, o tipo e a extensão da doença. (Fonte: saude.gov.br)